

## JAIME BATALHA REIS, DIPLOMATA NA INGLATERRA VITORIANA<sup>1</sup>

Teresa Pinto Coelho

Em 24 de Maio de 1898 o *Newcastle Daily Journal* anunciava:

The Portuguese Consul in Newcastle, Batalha Reis, has been appointed Consul General for Portugal in London. He is an able linguist and fully conversant with the English language. [...]. He is a skilful botanist and an acknowledged authority on viniculture. The variety of his attainments is shown also in the fact that he has been engaged for some time on a work on metaphysics, and his friends are looking forward with pleasure to its publication. Whilst congratulating Mr. Batalha Reis on his advancement his friends much regret his leaving the city.<sup>2</sup>

Jaime Batalha Reis era então transferido do consulado de Newcastle, onde chegara no verão de 1883, para o de Londres, que ocuparia até 1911. Para trás ficavam quinze intensos anos de actividade diplomática na cidade onde Eça desempenhara as mesmas funções cerca de vinte anos antes e sobre a qual escrevera, amargurado, ao seu amigo Ramalho Ortigão em 8 de Abril de 1878:

[...] neste degredo, faltam-me todas as condições de excitação intelectual. Há um ano que não converso! Isto, aí, lido na Calçada dos Caetanos, pode-lhe parecer pueril — mas digo-lhe que é apenas dilacerante. As minhas relações são pessoas perfeitamente idiotas, que nunca leram um livro, que não suspeitam sequer de que eu o faça, e que pensam que o único produto da inteligência humana é o *Times*. [...] A única pessoa com quem posso falar — não em espiritualidade, mas ao menos falar, em sentimentos, ideias gerais, etc. — é o médico. [...]

---

<sup>1</sup> Este breve estudo faz parte de um trabalho mais extenso a desenvolver sobre Jaime Batalha Reis. Agradecemos à Dr.<sup>a</sup> Maria José Marinho e à equipa dos Espólios da Biblioteca Nacional a ajuda dispensada.

<sup>2</sup> *Newcastle Daily Journal*, 24 de Maio de 1898, Biblioteca Nacional, Espólios: Jaime Batalha Reis ESP E4 1/8. Não indicamos a paginação dos jornais quando se trata de recortes consultados no espólio do autor, que não têm indicação de página.

Há um ano que não ouço música — a não ser as cantigas bárbaras que compõem a arte do café concerto. Enfim, o mundo inteligente aparece-me apenas como uma coisa confusa e enevoada, através da prosa dos jornais de Londres.<sup>3</sup>

Porém, na “cidade de tijolo negro, meio afogada em lama, com uma espessa atmosfera de fumo, penetrada de um frio húmido”, de acordo com a descrição de Eça<sup>4</sup>, Batalha Reis parece não sucumbir aos efeitos splenéticos do clima e inscreve-se em várias associações culturais e científicas, trabalha, lê, escreve para os jornais ingleses e inicia contactos e amizades com personalidades britânicas dos mais diferentes meios com as quais manterá relações ao longo de toda a sua vida.

É da actividade de Batalha Reis em Inglaterra, praticamente desconhecida, que este breve estudo se propõe dar conta. Para o efeito utilizámos documentação obtida através de pesquisas efectuadas no seu Espólio, disponível no Arquivo da Literatura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional, e no Ministério dos Negócios Estrangeiros<sup>5</sup>. Dada a abundância de documentação relativa aos laboriosíssimos vinte e oito anos que viveu em Inglaterra, foi seleccionado o período de tempo compreendido entre 1888 e 1890, quando a disputa luso-britânica na África Oriental se agudizaria culminando no Ultimatum, anos em que Batalha Reis se empenha numa activa campanha em defesa dos direitos portugueses em África. Procura-se, assim, chamar a atenção para o papel que Jaime Batalha Reis desempenhou numa época conturbada das relações luso-britânicas, contribuindo para dar a conhecer uma das figuras mais interessantes, mas também menos conhecidas, senão quase ignorada, da Geração de 70.

A biografia de Jaime Batalha Reis está ainda por fazer<sup>6</sup>. Homem culto, filho de um amigo e administrador oficioso de Garrett (que lhe ofereceria a sua escrivãzinha, depois na posse de Batalha Reis<sup>7</sup>),

<sup>3</sup> Eça de Queirós, *Correspondência* (leitura, coord., prefácio e notas de Guilherme de Castilho), 2 vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1983, I, pp. 144-46.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 92

<sup>5</sup> Respectivamente: Biblioteca Nacional, Espólios: Jaime Batalha Reis ESP E4 e Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Jaime Batalha Reis, maços 150-162.

<sup>6</sup> Fernando Marques da Costa é um dos que, apercebendo-se disso, reúne alguns elementos sobre Batalha Reis no sentido de melhor se conhecer a sua vida. Ver “Sobre um Possível Jaime Batalha Reis e Tábua Biocronológica de Jaime Batalha Reis”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 3 (1-2), 1983, pp. 129-151. Também Maria José Marinho, profunda conhecedora do espólio de Batalha Reis, publicou recentemente *O Essencial Sobre Jaime Batalha Reis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996. Sobre a sua vida pessoal, nomeadamente o namoro com Celeste Cinatti, sua grande paixão e com quem viria a casar, ver Fernando Marques da Costa, “Um Namoro da Geração de 70: Batalha Reis-Celeste Cinatti”, *Análise Social*, 3.<sup>a</sup> série, vol. XXII, n.ºs 92-93, 1986, pp. 715-733 e Maria Filomena Mónica e Maria José Marinho, “Cartas de Jaime Batalha Reis a Celeste Cinatti”, *Revista da Biblioteca Nacional*, S.2, 8 (1) 1993, pp. 41-98.

<sup>7</sup> “No meu quarto de estudante havia um grande armário cheio de livros, cavado na espessura da parede, uma mesa central sobre que escrevia, e uma secretária de feito estranho, dada a meu pai por Almeida Garrett, usada por este para escrever de pé, que sugeriu a Eça de Queiroz a forma da mesa, onde, anos depois, em Paris, quase sempre trabalhava.”, “Na Primeira Fase da Vida Literária de Eça de Queiroz”, in *Prosas Bárbaras*, 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 12.

António Nunes dos Reis, educado no Colégio Alemão (Colégio Roeder), Batalha Reis revela-se um escritor prolífero, um leitor infatigável, um investigador minucioso e atento, interessando-se por infindáveis assuntos. A sua intensa e eclética actividade é atestada não só pela documentação diplomática mas também por inúmeros apontamentos, cartas, recortes de jornais que constituem o espólio da Biblioteca Nacional.

A diplomacia ocupou muito do seu tempo, tendo sido encarregado de variadas missões. Para além dos consulados de Newcastle e Londres, é delegado à Conferência Antiesclavagista de Bruxelas que tem lugar entre 8 e 18 de Novembro de 1890, à Conferência Internacional para a Protecção da Fauna Africana, que se realiza em Londres em 1900, e ao Congresso Colonial Internacional de Bruxelas em 1909. A isto acrescenta-se, por exemplo, a nomeação de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, chefe de missão de 2.<sup>a</sup> classe, na Legação de Haia em 1911 e, ainda no mesmo ano, chefe de missão de 1.<sup>a</sup> classe na Legação de Itália. A sua actividade diplomática passa ainda pela Rússia, para onde é nomeado na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Legação de Portugal e onde vive os acontecimentos da Revolução de 1917. É também delegado plenipotenciário à Conferência de Paz em 1918 e representante de Portugal na comissão que elaborou o Pacto da Sociedade das Nações. Incansável, mesmo depois de se reformar, em 1921, tendo-se então retirado para a sua Quinta da Viscondessa situada perto de Torres Vedras, continua a desenvolver várias actividades, entre as quais, em 1930, a participação na reunião instaladora do conselho e da comissão executiva da Associação Portuguesa Pró-Sociedade das Nações.

Porém, nunca satisfeita a sua curiosidade, interessa-se ainda por assuntos que vão da pintura (é ele que “lança” Columbano), à música, à literatura, à filosofia, temas que persegue ao longo dos seus oitenta e oito anos de vida (morre em 1935), ambicionando sempre escrever a sua grande obra, a *Explicação do Universo*, segundo Viana da Mota<sup>8</sup>, já sem falar na Geografia, actividade com que inicia a sua vida profissional<sup>9</sup>.

Poderemos interrogar-nos por que razão continua quase totalmente desconhecido. Por um lado, porque pouco deixou publicado; por outro, porque a avalanche de documentação constituída por

---

<sup>8</sup> Notas de Viana da Mota, rascunho de uma biografia de Jaime Batalha Reis, E4 24/1.

<sup>9</sup> Formou-se como agrónomo e engenheiro florestal pelo Instituto Geral de Agricultura de Lisboa em 1866. Em 1872 é nomeado chefe do Serviço Agrícola no Instituto Geral de Agricultura onde iria reger as cadeiras de Botânica, Economia Rural e Florestal assim como a de Microscopia e Nosologia Vegetal, que ele próprio cria. Para além disso, vai sempre desempenhando funções científicas. Por exemplo, integra a Comissão encarregada da organização da Exposição Agrícola a efectuar em Lisboa em 1883, representa Portugal na Exposição Florestal realizada em Agosto de 1884 em Edimburgo ou, ainda, é o representante de Portugal na Associação Científica Internacional de Agronomia Colonial em 1904. Ver João Carlos Garcia, “Jaime Batalha Reis, Geógrafo Esquecido”, *Finisterra*, Lisboa, XX, 40, 1985, pp. 105-109.

rascunhos de cartas, apontamentos e dados bibliográficos sobre os mais variados assuntos, notas pessoais rabiscadas em envelopes e bocados de papel ao acaso, recortes de jornais, cartões de visita, convites, telegramas, assim como correspondência pessoal e oficial, não facilita a tarefa desencorajando, pela abundância e heterogeneidade, mesmo os mais persistentes. Outros motivos poderiam ser apontados, nomeadamente o facto de a massa de estudos sobre Eça, Antero, Oliveira Martins e outros dos que frequentaram a sua casa, o famoso Cenáculo, no dizer de Eça, “o nosso querido e absurdo Cenáculo instalado na Travessa do Guarda-Mor, rente a um quarto onde habitavam dois cônegos, e sobre uma loja em que se agasalhavam, como no curral de Belém, uma vaca e um burrinho”<sup>10</sup>, ter abafado o seu nome.

Ainda assim, é precisamente a actividade cultural de Jaime Batalha Reis em conexão com os homens da Geração de 70, registada na colaboração nas *Prosas Bárbaras* e no *In Memoriam* de Antero<sup>11</sup>, que tem sido divulgada por algumas publicações como, por exemplo, as cartas trocadas com Antero e Eça<sup>12</sup>, a co-criação de Fradique Mendes<sup>13</sup>, ou a sua actividade de colaborador e director da *Revista Ocidental*, que fundara com Antero em 1875<sup>14</sup>. Por sua vez, a publicação do manuscrito *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XIX*<sup>15</sup>, dá a conhecer um outro dos múltiplos projectos literários de Batalha Reis — o da apresentação e discussão da literatura brasileira pela imprensa portuguesa, o que revela como, apesar das suas múltiplas ocupações, Batalha Reis nunca deixaria de se interessar pelo mundo cultural da sua época.

Quanto à actividade diplomática que desempenhou, foi divulgada alguma da sua correspondência para Barbosa du Bocage e a acção desenvolvida na Rússia<sup>16</sup>. Porém, no que diz respeito à sua intervenção na diplomacia luso-britânica pouco ou nada se conhece, exceptuando alguns artigos publicados por Augusto Reis Machado em

---

<sup>10</sup> Eça de Queirós, “Um Génio que era um Santo”, in *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 267.

<sup>11</sup> Respectivamente: Jaime Batalha Reis, “Na Primeira Fase da Vida Literária de Eça de Queiroz”, in *Prosas Bárbaras*, pp.7-46 e “Anos de Lisboa. Algumas Lembranças”, in *Antero de Quental. In Memoriam*, edição fac-similada, Prefácio de Ana Maria Almeida Martins, Presença / Casa dos Açores, 1993, pp. 441-472.

<sup>12</sup> Respectivamente: *Correspondência entre Antero de Quental e Jaime Batalha Reis* (introd., org. e notas de Maria Staack), Lisboa, Assírio e Alvim, 1982 e *Eça de Queiroz e Jaime Batalha Reis. Cartas e Recordações do seu Convívio* (escritos coligidos e apresentados por Beatriz Cinatti Batalha Reis), Porto, Lello & Irmão, 1966.

<sup>13</sup> Joel Serrão, *O Primeiro Fradique Mendes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

<sup>14</sup> Maria José Marinho, “A Revista Ocidental, 1875. Um Projecto da Geração de 70”, *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S.2, 7 (1), 1992, pp. 43-74.

<sup>15</sup> *O Descobrimento do Brasil Intelectual pelos Portugueses do Século XIX* (org., prefácio e notas de Elza Miné), Lisboa, D. Quixote, 1988.

<sup>16</sup> Respectivamente: *Correspondência de J. Batalha Reis para Barbosa du Bocage* (introd., org. e notas de Alice Godinho Rodrigues), Lisboa, I.N.I.C., 1990 e *Batalha Reis na Rússia dos Sovietes ou Dez Dias que Abalaram um Diplomata Português* (análise crítica, recolha e notas de J. Palmilha da Silva), Porto, Afrontamento, 1984.

*Estudos Geográficos e Históricos*, colectânea que, embora incluindo alguns dos seus textos sobre a questão africana, está longe de abarcar a imensidade e a diversidade das actividades desenvolvidas por Batalha Reis enquanto cônsul, primeiramente em Newcastle e depois na capital britânica <sup>17</sup>.

Da longa estada de Batalha Reis em Inglaterra conhecem-se, sim, as suas impressões sobre o povo, a política e os costumes britânicos deixadas em artigos para *O Repórter* (1888) e a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (1893-96) coligidos por Maria José Marinho <sup>18</sup>.

À semelhança de Eça, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins <sup>19</sup>, também Batalha Reis não resiste à tentação de dar a conhecer a velha aliada com a qual entrara agora em disputa em África. Porém, não se limita a ser mais um viajante na Inglaterra vitoriana do final do século, nem tão pouco um mero cônsul de cidade de província <sup>20</sup>. Para além de tratar dos assuntos consulares, nomeadamente de questões económicas como a colocação dos vinhos portugueses em Inglaterra <sup>21</sup>, a sua formação de geógrafo levá-lo-ia a encabeçar uma enorme campanha

---

<sup>17</sup> Jaime Batalha Reis. *Estudos Geográficos e Históricos* (introd. de Augusto Reis Machado), Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1941. A colectânea inclui sobretudo textos das conferências proferidas por Batalha Reis em Inglaterra e artigos publicados no *Comércio do Porto*.

<sup>18</sup> *Revista Inglesa. Crónicas* (org. introdução e notas de Maria José Marinho), Lisboa, D. Quixote / Biblioteca Nacional, 1988.

<sup>19</sup> Sobre os relatos de viagens destes autores, ver Maria Teresa Pinto Coelho, "Imagens da Inglaterra Vitoriana no Portugal Oitocentista", *Relatório da Disciplina de Estudos Anglo-Portugueses I (Programa, conteúdos e métodos)* apresentado a concurso para Professor Associado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996. Na sua *Revista Inglesa* Batalha Reis não deixa de assinalar a publicação das impressões de Oliveira Martins sobre a Inglaterra: "O Sr. Oliveira Martins fez, com as suas *Cartas sobre a Inglaterra* para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, um dos seus melhores livros. O traço mais saliente do "Inglês" e do "Inglesismo" está ali magistralmente traçado. [...] Quando eu enviei a minha primeira *Revista Inglesa* à *Gazeta*, não conhecia o livro do Sr. Oliveira Martins. Nunca lera também as cartas ao *Jornal do Comércio*. A minha admiração pelo notável livro e a minha inteira aceitação do inglês típico que ele desenha, não me impedem, porém de divergir na apreciação de pormenores. Apesar destas *Revistas* se destinarem apenas, modestamente a relatar os acontecimentos contemporâneos, eu terei mais uma vez, a propósito deles, de mostrar os meus divergentes modos de ver.", *Revista Inglesa*, pp. 124-125.

<sup>20</sup> "Quando eu cheguei a Inglaterra e me estabeleci em Newcastle, depois de 12 anos de Lente no Instituto Agrícola, pus-me a prosseguir naturalmente os trabalhos científicos que haviam feito o objecto de toda a minha vida. Compreendi porém imediatamente que esses trabalhos me punham em contacto com classes que podiam ser muito úteis ao desempenho das minhas funções de cônsul e me davam uma posição um pouco superior à que, na consideração pública, eu teria se me limitasse a ser um cônsul como os outros.", Carta de Batalha Reis a Barros Gomes, 22 de Junho de 1888, A.M.N.E., maço 150, doc. 5. Na transcrição dos manuscritos foi feita a actualização ortográfica, mantendo-se, no entanto, a pontuação e a utilização de maiúsculas constantes do original. Foi ainda introduzido o uso de itálicos para as palavras estrangeiras e títulos de obras no sentido de se distinguirem dos sublinhados utilizados por Batalha Reis, só mantidos para reforçar palavras ou ideias.

<sup>21</sup> Ver, do autor, *Comércio de Vinhos no Reino Unido de Grã-Bretanha e Irlanda*, Lisboa, Tip. A Editora, 1907. Batalha Reis desde muito cedo se havia dedicado a questões vinícolas, nomeadamente ao problema da filoxera. Ver *A Nova Moléstia das Vinhas do Douro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873. Foi feita a actualização ortográfica dos títulos.

em defesa dos direitos portugueses em África<sup>22</sup>, campanha essa desenvolvida, como veremos, quer na imprensa britânica, quer em Associações científicas, nomeadamente nas principais sociedades de Geografia britânicas: a Tyneside Geographical Society, sediada em Newcastle, a Scottish Geographical Society de Edimburgo e a Royal Geographical Society de Londres<sup>23</sup>. Como atesta a documentação encontrada, foi membro activo de todas elas, participando em variadas reuniões sobre questões ligadas à presença portuguesa e inglesa em África e tendo mesmo apresentado palestras sobre o assunto.

Seria no seguimento desta actividade que Barros Gomes, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>24</sup>, o enviaria numa missão secreta a Berlim em Junho de 1889, no sentido de captar uma eventual ajuda alemã para as pretensões portuguesas no continente africano<sup>25</sup>. Barros Gomes ensaiava já desde 1886 a aproximação com a Alemanha. Cerca de dez anos antes, no rescaldo da Conferência de Berlim

---

<sup>22</sup> Batalha Reis salienta também a importância da sua formação científica na campanha que desenvolve em Inglaterra: "A defesa dos nossos actos e pretensões em África feita por um simples português ou sobretudo por um Cônsul pode parecer suspeita. Mas a mesma defesa feita por um membro da Sociedade Científica, que prove, ele mesmo, achar-se ao facto de todos os estudos geográficos, e que além dos assuntos portugueses mais ou menos políticos do momento, apresenta comunicações inteiramente científicas, tem uma importância considerável". Ver a já citada carta de Batalha Reis a Barros Gomes de 22 de Junho de 1888. É de salientar a importância desta carta para um melhor conhecimento das actividades de Jaime Batalha Reis em Inglaterra.

<sup>23</sup> Como relata na carta a Barros Gomes, é também membro da Natural History Society e da North England Microscopical Society, descrevendo as suas actividades e mostrando como são importantes para se tornar conhecido: "Dentro da Natural Historical Society existe um Field Club destinado a excursões de estudo em Inglaterra. Eu tenho tomado parte activa nessas excursões e tenho apresentado à Sociedade de História Natural o resultado dos meus estudos sobre a parte botânica e entomológica das colecções feitas. Peço-lhe que lance os olhos para a nota impressa que lhe envio (Tyneside Naturalist's Field Club) onde vem indicada a minha última comunicação a essa Sociedade.

As minhas colecções entomológicas e botânicas têm já, com respeito à fauna e flora inglesa, uma certa importância e eu conto enviar em breve para o Museu da Politécnica de Lisboa e para o da Universidade de Coimbra os duplicados delas.

Para a Sociedade de Microscopia preparo trabalhos que são a continuação dos estudos que comecei em Portugal como professor que fui durante dois anos no Instituto Agrícola de Microscopia aplicada às doenças das plantas.

Ultimamente fui convidado pelo Institute of Mining Engineers para escrever um esboço da constituição geológica e recursos minerais de Portugal nas *Transactions* da mesma sociedade. Este estudo está sendo o primeiro sobre elementos que tenho solicitado directamente ao Ministério das Obras Públicas e da Comissão Geológica por intermédio do Delgado. Esta parte dos meus trabalhos poderia ter uma certa influência no desenvolvimento do nosso comércio de produtos minerais e do ferro. Tudo isto porém tem tido como consequência directa o eu hoje, no centro que tenho habitado, poder ser escutado se tenho alguma coisa a dizer.", *Ibid.*

<sup>24</sup> Henrique de Barros Gomes ocupa a pasta dos Negócios Estrangeiros de 20 de Fevereiro de 1886 a 1890, tendo saído por causa do Ultimatum.

<sup>25</sup> Sobre a missão de Batalha Reis, ver Charles Edward Nowell, *The Rose Colored Map. Portugal's Attempt to Build an African Empire from the Atlantic to the Indian Ocean*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1982, pp. 172-177. António José Telo mostra como Barros Gomes se engana ao julgar que a Alemanha iria defender os interesses portugueses no caso de investida por parte da Inglaterra, o que viria acontecer com o Ultimatum quando a Inglaterra alicia o Governo alemão cedendo-lhe Helgoland e definindo as esferas de influência e as fronteiras comuns na África e no Pacífico (António José Telo, *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa 1875-1900*, Lisboa, Cosmos, 1991, pp. 104-106).

(1884-85), que estipulava as novas regras de anexação dos territórios em África postulando a cláusula da ocupação efectiva<sup>26</sup>, o seu famoso Mapa Cor-de-Rosa<sup>27</sup>, ilustrativo de uma política africana que ambicionava uma larga faixa de território unindo as possessões portuguesas de Angola e Moçambique, encontrava-se apenso ao Tratado luso-germânico de 1886, assinado precisamente para garantir um corredor transafricano de influência portuguesa.<sup>28</sup>

Em 1889 a missão de Batalha Reis em Berlim surge na continuidade de uma esperança no apoio alemão. A escolha não era fortuita. Para além de dominar a língua alemã, o consul português em Newcastle era já nessa altura conhecido precisamente pela sua campanha africanista na Grã-Bretanha.

Batalha Reis começa por se dar a conhecer primeiramente no Norte de Inglaterra, onde vive, pelos seus artigos na imprensa local, sobretudo na de Newcastle. O seu principal objectivo é esclarecer a opinião pública inglesa sobre a legitimidade dos direitos dos portugueses em África recorrendo a fontes históricas, que cita continuamente, para ilustrar os seus pontos de vista já que, como ele afirma num artigo da *Revista Inglesa*: “o estado da opinião pública inglesa a respeito das nossas colónias de África é, em grande parte, devido à nossa ignorância do que há tantos anos os ingleses dizem de nós, e também à nossa indiferença a tal respeito”<sup>29</sup>.

É assim que, sobretudo a partir de 1888, passa a expôr os seus pontos de vista na imprensa não se cansando de explicar, comprovar e insistir nos direitos portugueses no continente africano, embora inicialmente não tenha sido incumbido de tal função pelo Governo português. Pelo contrário, Barros Gomes chega a dizer-lhe que desista, que não vale a pena continuar porque nunca modificará a opinião pública inglesa, que se modere e fale apenas em termos científicos e não políticos, ao que, numa carta confidencial enviada ao Ministro<sup>30</sup>, Batalha Reis responde que não; que a opinião pública se faz na imprensa:

---

<sup>26</sup> Até à Conferência de Berlim o consenso europeu havia-se estabelecido sobre a convicção de que a evocação e comprovação dos direitos históricos bastavam para legitimar os direitos territoriais de soberania. As novas disposições referem-se, no entanto, apenas aos territórios costeiros, pelo que Barros Gomes insiste nos seus argumentos.

<sup>27</sup> Sobre o Mapa ver Charles Edward Nowell, *The Rose Colored Map*.

<sup>28</sup> Segundo o tratado: “His Majesty the German Emperor recognizes the right of His Majesty the King of Portugal to exercise his influence of sovereignty and civilization in the territories which separate the Portuguese possessions of Angola and Mozambique, without prejudice to the rights which other Powers may have acquired there up to now of exercising their sovereign and civilizing influence.”, Edward Hertslet, *The Map of Africa by Treaty*, 2 vols., London, Harrison and Sons, 1894, vol. I, p. 300. Um tratado semelhante é assinado com a França no mesmo ano.

<sup>29</sup> *Op. cit.*, pp. 96-97.

<sup>30</sup> Muita da documentação encontra-se marcada com a palavra “confidencial”, o que mostra como a questão anglo-lusa era delicada e o secretismo determinante. Por outro lado, prova a cumplicidade existente entre Barros Gomes e Batalha Reis.

A opinião pública não se forma nas Chancelarias nem nas Legações. As Chancelarias, ou, pelo menos, a Chancelaria inglesa, obedece à opinião pública em vez de servir a formá-la. A opinião pública em Inglaterra forma-se na imprensa e em todos os lugares onde se discute e fala livremente. Modificar, nestas condições a opinião pública, é talvez mais fácil do que pode julgar-se. Quantos ingleses têm declarado ignorar inteiramente o que de mim ouvem, pela primeira vez, sobre o que os Portugueses têm feito em África? A opinião pública de Inglaterra contra nós não tem sido feita pelos interesses e pelos egoísmos ingleses; tem sido feita, em grande parte, pelo nosso silêncio.<sup>31</sup>

É assim que se envolve numa polémica com John Mundill nos jornais de Newcastle. Mundill, também ele membro da Tyneside Geographical Society, havia reagido à publicação, no *Newcastle Daily Chronicle*, da tradução de uma carta dirigida por Barros Gomes à Sociedade de Geografia de Lisboa<sup>32</sup>. Nessa carta o Ministro dos Negócios Estrangeiros português refere-se, entre outros assuntos, ao plano de levar o caminho de ferro de Lourenço Marques até Pretória<sup>33</sup>. Era este um dos *dossiers* quentes da época, uma linha de caminho de ferro que unisse a capital do Transvaal ao porto de Lourenço Marques,

---

<sup>31</sup> Carta de Batalha Reis a Barros Gomes, 26 de Junho de 1888, A.M.N.E., Arquivo Jaime Batalha Reis, maço 150, doc. 9. Numa outra carta, também confidencial, de 17 de Agosto de 1888 diz também: “Quando há cinco anos eu cheguei a Newcastle, os jornais desta terra, a exemplo dos de toda a Inglaterra, não perdiam uma só ocasião para dizer mal de Portugal e dos Portugueses. Eu porém não admiti nunca mais desde que tomei a direcção deste posto consular que um ataque ficasse sem resposta, e publiquei nos jornais de Newcastle diferentes artigos.”, Carta de Batalha Reis a Barros Gomes, 17 de Agosto de 1888, A.M.N.E., Arquivo Jaime Batalha Reis, maço 150, doc. 12.

<sup>32</sup> Ver Barros Gomes, “The Portuguese in Africa”, *Newcastle Daily Chronicle*, 28 de Setembro de 1888. Com os títulos “Portugal in Africa” e “Portuguese Policy in Africa”, a mesma carta sai também em 24 de Outubro de 1888 no *Glasgow Herald* e no *Scotsman*, E4 85/8.

<sup>33</sup> A ideia deste caminho de ferro era longínqua, fazendo já parte da política de Andrade Corvo, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1871/77 e 78/79, que em 1875 havia assinado um tratado com o Transvaal no sentido da concretização do caminho de ferro. Vários contratemplos, em grande parte advindos da oposição directa e velada da Grã-Bretanha, levariam em 1883 à entrega de uma concessão exclusiva para a construção de um troço de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal ao americano MacMurdo, o que não é visto com bons olhos pelo Transvaal, que se recusa a construir a sua parte da linha enquanto o troço português estiver entregue a MacMurdo. Em 1887 este, que não consegue reunir os capitais necessários, acaba por transferir a concessão para uma companhia inglesa e a linha é rapidamente construída, embora apenas entre Lourenço Marques e o ponto não disputado da fronteira com o Transvaal. Perante a pressão do Transvaal, que se vê agora nas mãos da Grã-Bretanha se não tiver alternativa à linha Cabo-Kimberly, e consciente do perigo que isso representa para as ambições portuguesas em Moçambique, Barros Gomes acabaria por anular a concessão em Junho de 1889. Para a história do caminho de ferro ver a já citada obra de António José Telo *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa 1875-1900*, que chama a atenção para a importância da construção do caminho de ferro no desfecho das relações europeias em África no final do século, nomeadamente o Ultimatum.

permitindo assim à república boer uma saída para o mar através de território português. Para o Transvaal era esta uma forma de escapar ao poder inglês no Cabo que procurava antes que a linha fosse construída a partir de uma já existente que ligava o Cabo a Kimberly. Para Barros Gomes o projecto servia os interesses portugueses, não só de captar a amizade dos boers e proteger o Sul de Moçambique das investidas do império britânico como de consolidar o seu projecto de uma África de costa a costa<sup>34</sup>. Assim, o Barros Gomes passa à ofensiva, como se vê na carta publicada em Inglaterra:

It is needful, without loss of time, to carry the Lourenço Marques Railway to the Portuguese boundary, and to establish a free understanding with the Transvaal Government, whose interests are common with ours, in order that an agreement may be arrived at regarding indispensable and equitable tariffs between the two countries, allowing the construction of the line being carried out without embarrassment as far as Pretoria. This is a necessity which cannot be postponed, and it is imperative upon the Government, to which it is ready firmly to attend without delay.<sup>35</sup>

Os objectivos da política do Ministro, de penetrar no interior de África, encontram-se bem explícitos:

But if Lourenço Marques constitutes the widest entrance to Central Africa, Mozambique — beyond its extraordinary mineral and agricultural wealth, its dense population (capable, as practical and precious instances prove, of dedicating itself to free labour) — Mozambique encloses, with the Zambese, with the Chire, and other affluents of the grand river, and with the Lake Nyassa, the best road for penetrating Central Africa and the Equatorial region.<sup>36</sup>

Para isso, segundo Barros Gomes, é indispensável reconhecer as fronteiras de Moçambique de acordo com “that which the priority and greatness of our discoveries demand, the traditional influence which we exercise in Africa, our just national aspirations, and the heavy sacrifices to which the country subjects herself, for a long time, in order to answer to her duties as a Colonial Power [...]”<sup>37</sup>.

---

<sup>34</sup> “Barros Gomes sabe que o caminho de ferro é uma peça essencial na estrutura de alianças necessária para concretizar o sonho do império de costa a costa. Com Pretória ligada a Kimberly, a Inglaterra domina por completo a África austral e Portugal tem de enfrentar simultaneamente a pressão inglesa e boer na expansão para norte; com Pretória ligada a Lourenço Marques através de uma companhia não controlada directamente por Londres, é possível a independência económica do Transvaal e acende-se a tradicional disputa boer-inglesa, com o evidente envolvimento da Alemanha, França, Holanda e Bélgica. Portugal pode aproveitar a maior rivalidade para conseguir impor o seu plano de controle do interior, tal como Barros Gomes deseja.”, António José Telo, *Op. cit.*, p. 56.

<sup>35</sup> *Newcastle Daily Chronicle*, 24 de Outubro de 1888.

<sup>36</sup> *Ibid.*

<sup>37</sup> *Ibid.*

Encontram-se aqui alguns dos argumentos apresentados por Portugal ao Governo inglês para justificar a pretensão de estabelecer um corredor transafricano de influência portuguesa. Barros Gomes apela à tradicional presença histórica na zona, ao que Mundill responde negando que os portugueses tenham feito alguma coisa em África durante quatrocentos anos e comentando expressões de Barros Gomes, como “the traditional influence which we exercise in Africa” e “our national aspirations” e apelidando-as de altissonantes <sup>38</sup>.

Em causa nesta disputa encontra-se a zona do Niassa. Nessa área o projecto do Mapa Cor-de-Rosa sobrepunha-se aos interesses das missões inglesas e escocesas aí estabelecidas. Embora os portugueses afirmassem ter sido Gaspar Bocarro o primeiro a ver o lago em 1616 <sup>39</sup>, apelando de novo à presença histórica na zona, é a chegada de Livingstone ao Niassa em 1859 que coloca a área na cena da política internacional, o que traria consequências para as ambições portuguesas <sup>40</sup>. A partir de então, a questão do Niassa é invariavelmente discutida entre portugueses e ingleses reclamando os primeiros a presença ancestral na zona e afirmando os segundos que foi Livingstone o primeiro a chegar ao lago. É esta a argumentação de Mundill no seu artigo de resposta à carta de Barros Gomes <sup>41</sup>. Segundo Mundill, os portugueses chegaram tarde demais, passando a enumerar o desenvolvimento da actividade britânica na área (companhias comerciais, explorações científicas, missões, plantações, navegação inglesa no Chire e no Zambeze, etc.) desde que, através do Chire e do Zambeze, Livingstone havia aberto “a porta” da África Central. É esta a expressão literal <sup>42</sup>, repetida num outro artigo de Mundill, todo ele dedicado a Livingstone, publicado no *Newcastle Weekly Chronicle*: “At the close

---

<sup>38</sup> Escreve Mundill: “That the Portuguese have a claim to the Mozambique coast by priority of discovery and occupation cannot be denied, but I shall be glad to learn what benefit they can show to have accrued to the natives or to civilisation after an occupancy of nearly 400 years! It is not sufficient to give a string of high sounding phrases. The Blue Books issued by our Government during the last twelve months on the East African question are unfortunately not very entertaining reading for thoughtful Englishmen, and give quite a different meaning to “the traditional influence which we exercise in Africa”, “our national aspirations,” and the “broadly liberal character” which M. de Barros Gomes wishes us to believe has been, and is, inseparable from Portuguese influence in East Africa.”, *Newcastle Daily Chronicle*, 9 de Outubro de 1888.

<sup>39</sup> Ver Maria Emília Madeira Santos, *Viagens de Exploração dos Portugueses em África*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, p. 129.

<sup>40</sup> “One of the results of Livingstone’s early explorations in central Africa was to speed the transition of Portuguese Africa from the past into the present, for it was now clear that the great expanse of land between Angola and Mozambique could no longer be considered the private, albeit unchartered, domain of the Portuguese crown.”, James Duffy, *Portuguese Africa*, Oxford, O.U.P., 1956, p. 175.

<sup>41</sup> John Mundill, “The Portuguese in Africa”, *Newcastle Daily Chronicle*, 9 de Outubro de 1888, E4 85/8.

<sup>42</sup> “Since Dr. Livingstone opened the door to Central Africa, via the Zambesi and the Shiré, our countrymen have crossed and recrossed these districts”, *Newcastle Daily Chronicle*, 9 de Outubro de 1888.

of a spirited address delivered by Dr. Livingstone before the Cambridge undergraduates, he said: 'I have opened the door. I leave it to you to see that no one closes it after me.' Since then the work of keeping the door open has been maintained by several societies, religious and philanthropic as well as commercial"<sup>43</sup>. Não podemos deixar de assinalar os vários significados da expressão. Por um lado, é a Livingstone que é atribuída a façanha que os portugueses reclamam como sua — a descoberta do Niassa. Por outro, o missionário escocês torna-se o descobridor dos segredos até então por desvendar da África "abrindo-a" às outras civilizações, o que não deixa de ecoar as palavras do próprio Livingstone na Introdução à sua *Narrative of an Expedition to the Zambesi and its Tributaries*: "This account is written in the earnest hope that it may contribute to that information which will yet cause the great and fertile continent of Africa to be no longer kept *wantonly sealed*, but made available as the scene of European enterprise [...]"<sup>44</sup>.

Ao fazer tal afirmação, Livingstone constrói um discurso muito próprio construindo a imagem de uma África até então inexplorada e, conseqüentemente, afastando a hipótese de que mais alguém lá tenha estado antes. A publicidade e igual sucesso, quer das suas expedições, sobretudo depois de se ter perdido no continente africano e ter sido encontrado por Stanley após uma enorme campanha na imprensa<sup>45</sup>, quer dos seus livros, propagaram essa imagem de África ao mesmo tempo que transformaram Livingstone num herói e num santo<sup>46</sup>. Era esta crença que os portugueses atingiam quando afirmavam ter-se antecipado ao missionário escocês no Niassa e daí o relevo dado na imprensa britânica ao "caso Niassa" e correspondente contra-ataque dos portugueses e, neste caso específico, de Batalha Reis que não se contém e responde em três artigos saídos a lume no *Newcastle Daily Chronicle* nos dias 27, 28 e 29 de Novembro, não poupando Mundill.

"J.M.' regards Mr. Barros Gomes's letter to the Lisbon Geographical Society as 'a string of high sounding phrases,' and I beg his permission

---

<sup>43</sup> John Mundill, "The Zambesi and Nyassaland", I, *Newcastle Weekly Chronicle*, 13 de Outubro de 1888, E4 85/8.

<sup>44</sup> David e Charles Livingstone, *Narrative of an Expedition to the Zambesi and its Tributaries; and of the Discovery of the Lakes Shirwa and Nyassa*, 1858-1864, New York, Harper and Brothers, 1866, p. 2. Itálicos nossos.

<sup>45</sup> A expedição organizada em busca de Livingstone é financiada pelo *New York Herald*, o que mostra simultaneamente o interesse e o poder da imprensa da época. Ver o capítulo "Find Livingstone" in Christopher Hibbert, *Africa Explored. Europeans in the Dark Continent 1769-1888*, London, Penguin, 1982, pp. 85-290.

<sup>46</sup> "In the first few months after its publication in 1857, Livingstone's *Missionary Travels* sold seventy thousand copies and made its author wealthy and so famous that he had to avoid situations where he might be mobbed by admirers. If Livingstone was already a national hero in the late 1850s, he was a national saint by the time of his last African journey in 1872.", Patrick Brantlinger, "Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent", in Henry Louis Gates Jr. (ed.), *"Race", Writing and Difference*, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1986, pp. 185-222 (p. 195).

to demonstrate to him that his letter to the *Chronicle* is ‘a string of incorrect statements’”, escreve Batalha Reis no seu primeiro artigo-resposta, acusando Mundill de estar mal informado, rebatendo todos os seus argumentos ponto por ponto <sup>47</sup>, e respondendo à acusação de que os portugueses nada fizeram durante os quatrocentos anos em que estiveram em África:

The mention of these “400 years” by J.M. leads one to suppose that this gentleman judges that, in tropical Africa, people can always work as in Europe, or that he wishes to inculcate this idea upon those who read his letter. The difficulties of discovery, of recognition of the coast, of primary establishment, the slow and continuous exploration, the tardy or impossible acclimatisation of european immigrants, the conflicts with the natives or with other explorers, the influence of the history of Europe, during these 400 years, and particularly of the history of Portugal — nothing of all this (which I must suppose to be known to J.M.), nothing of this has caused him to diminish the 400 years formula which he wishes to see represented by civilising labour in Portuguese Africa.

[...]. It will, however, suffice me briefly to remind him that, amongst the much which the Portuguese have done in Africa during these 400 years, may be counted their having rendered the English explorations possible, from those of Livingstone to those of Stanley, part of which were for verification rather than for primary discovery.<sup>48</sup>

É assim que, para provar a sua tese, dedica todo um artigo à questão do Niassa fornecendo ampla e variada documentação, incluindo os próprios livros de Livingstone, para provar que os portugueses chegaram ao Niassa antes dos ingleses <sup>49</sup>.

É, aliás, sempre esta a tática de Batalha Reis, a fundamentação das suas opiniões com livros e documentos relativos a África, pelo que os seus artigos acabam quase sempre com uma pequena bibliografia. Sabemos que estava muitíssimo bem informado, não só pela lista de livros que entregou ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, na qual constam muitas obras relativas a África <sup>50</sup>, mas ainda pelas suas constantes anotações, os recortes de jornais que colecciona (Batalha Reis guarda tudo) e os verbetes das leituras que efectuava na biblioteca do British Museum <sup>51</sup>.

---

<sup>47</sup> Batalha Reis, “The Portuguese in Africa”, I, *Newcastle Daily Chronicle*, 27 de Novembro de 1888, E4 85/8.

<sup>48</sup> Batalha Reis, “The Portuguese in Africa”, III, *Newcastle Daily Chronicle*, 29 de Novembro de 1888, E4 85/8.

<sup>49</sup> Batalha Reis, “The Portuguese in Africa”, II, *Newcastle Daily Chronicle*, 28 de Novembro de 1888, E4 85/8.

<sup>50</sup> E4 26/28.

<sup>51</sup> E4 85/5.

Com base em toda esta documentação publicaria na *Scottish Geographical Magazine* em Maio de 1889 mais um artigo sobre o Niassa, "The Portuguese in Nyassaland", no qual retoma os argumentos históricos já expostos nos jornais<sup>52</sup>. Numa carta em que explica, em resumo, o conteúdo do seu artigo a Barros Gomes, Batalha Reis vai ao fulcro da questão:

...essa acção portuguesa é muito antiga em Niassaland, vasto território de que as localidades que acabo de mencionar não são mais que ontos insignificantes cuja propriedade civil ninguém disputa aos particulares que a disfrutam.

Faço também notar a V. Ex.<sup>a</sup> a parte do meu artigo em que eu sustento que o Governo inglês, o Estado, a Nação inglesa nunca como tal esteve em Niassaland. Nas próprias margens do Niassa têm estado ingleses, têm estado homens que se dizem cônsules (e que, por isso mesmo, se confessam em país alheio) mas só Portugal ali esteve como Governo, como Estado representado por expedições e actos oficiais.<sup>53</sup>

O artigo reproduz opiniões já divulgadas mas é importante por se dirigir a um público de especialistas e ainda pelo facto de ser publicado no órgão de divulgação da *Scottish Geographical Society*, o que não deixaria de lhe trazer frutos.

Em 21 de Maio de 1889 dá uma entrevista à *Pall Mall Gazette* no sentido de esclarecer sobre os direitos portugueses no Zambeze. Batalha Reis é apresentado pelo jornal como uma das principais autoridades portuguesas, um geógrafo de primeiro plano, sendo o seu *paper* apresentado à *Scottish Geographical Society* considerado a mais recente e valiosa contribuição para o conhecimento da história e da exploração de África. O entrevistado começa por dizer que não fala em nome do seu Governo mas de si próprio e passa a explicar que a posição das colónias portuguesas de Angola e Moçambique, cada uma delas em costas opostas, justifica que Portugal pretenda alargar a sua zona de influência. A pergunta do jornalista: "But you have never exercised that sovereignty?", responde que, embora Portugal nunca tenha exercido soberania sobre todo o território que reclama, este tem sido atravessado por exploradores e comerciantes portugueses, defendendo a cláusula de prioridade de descoberta: "We may not have the right of the actual exercise of sovereignty, but we have all the rights that come from first discovery, first exploration, first claim, and an unbroken succession of attempts to give practical effect to that claim". Quanto a um entendimento com a Inglaterra, Batalha Reis, lembra a aliança luso-britânica, apelando à amizade secular entre os dois países, nomeadamente na Guerra Peninsular. Quando o entrevistador o interroga sobre o tema quente "Nyassaland", Batalha Reis, diz que Portugal não reclama a totalidade do território, mas apenas o que se encontra a Sul do Rovuma. Segue-se a pergunta inevitável: "But that

---

<sup>52</sup> Publicada em *Estudos Geográficos e Históricos* com o título "Os Portugueses na Região do Niassa", pp. 31-52.

<sup>53</sup> Carta de Batalha Reis a Barros Gomes, 20 de Março de 1889, A.M.N.E., Arquivo Batalha Reis, maço 150, doc.61.

gives you the sovereignty of Blantyre and the Shiré highlands?" com Batalha Reis a defender vigorosamente os direitos portugueses na área, como é seu costume, e sossegando o entrevistador com a promessa de garantia de liberdade religiosa para as missões protestantes e acordos quanto às taxas de trânsito e produtos dos comerciantes britânicos. E conclui:

"You can get anything you like in reason if you but recognise that we are where we are. That is to say, that Nyassaland is ours from the Rovuma to the Zambesi, that our authority on both banks of the river extends at least as far as some distance to the west of Zumbo, and that a communication must be kept inland between Angola and Mozambique".

"That is your irreducible minimum".

"That is our irreducible minimum".<sup>54</sup>

Esta entrevista de Batalha Reis é interessante não tanto pelo conteúdo, que repete incessantemente argumentos já encontrados nos seus artigos e sempre reiterados, mas por ter sido concedida a um periódico especial em termos do jornalismo vitoriano. Introduzido inovações técnicas e um novo tipo de jornalismo, o *New Journalism*, este periódico havia, por exemplo, introduzido a entrevista<sup>55</sup>. Ora é precisamente sob a forma de entrevista que surge a intervenção de Batalha Reis. Por outro lado, o artigo marca a passagem da argumentação de Batalha Reis dos jornais do Norte de Inglaterra, o que já não deveria ter sido fácil de obter pois era aí que a oposição às pretensões portuguesas era mais forte, sobretudo na Escócia, terra de Livingstone, para os de Londres. Para o conseguir Batalha Reis tinha, sem dúvida, de ter muitos e importantes contactos em Inglaterra, o que mostra como a sua persistência em publicar e frequentar os lugares certos de certa forma funcionou.

É assim que, para além da campanha na imprensa, o "batalhador" Batalha não desiste de propagandar os direitos portugueses em várias palestras proferidas em associações britânicas como, por exemplo, "Recent Portuguese Explorations in Africa" (um levantamento das principais explorações portuguesas no continente africano de 1833 a 1889) que teve lugar na British Association for the Advancement of Science reunida em Newcastle de 11 a 19 de Setembro de 1889<sup>56</sup>.

---

<sup>54</sup> E4 85/9. Acerca desta expressão (e de outros pontos da entrevista; Batalha Reis é muito teimoso e não deixa passar nada...) o mesmo jornal publicaria em 23 de Maio, na secção da "Correspondência" uma correcção de Batalha Reis: "The 'irreducible minimum?' which you mention at the end of your article, and which, in one of your Occasional Notes, you consider acceptable by the English Government, is not in my opinion, by any means an acceptable minimum for the Portuguese Government. In our conversation I but presented in general lines my geographical ideas on the subject. Some small points would further require rectifications." "The Claims of the Portuguese and of Mr. Batalha Reis", *Pall Mall Gazette*, 23 de Maio de 1889, E4 21/3.

<sup>55</sup> Ver Harry G. Schalk, "Fleet Street in the 1880s: The Old Journalism and the New", *Journalism Quarterly*, 41, n.º 3, 1964, pp. 421-426.

<sup>56</sup> Publicado em português com o título "Explorações Portuguesas na África Austral Durante o Século XIX", in Jaime Batalha Reis, *Estudos Geográficos e Históricos*, pp. 53-213.

Numa carta a Barros Gomes explica a importância da sua intervenção:

A sessão da British Association é o grande acontecimento científico anual da Inglaterra. A esta vêm sempre com novas descobertas, com novas observações ou, pelo menos, com a sua presença e interesse homens de ciência de todas as Nações do Mundo. Já mais de uma vez tenho visto notar a ausência constante de homens de ciência portugueses das sessões da Associação, o que fortifica a opinião geral inglesa de que tais homens não existem entre nós.

E acrescenta:

A próxima Sessão da British Association será particularmente interessante para nós, principalmente na sua Secção Geográfica. Aí se discutirão as últimas questões pendentes entre Portugal e a Inglaterra; todos os inimigos estarão presentes e dar-nos-ão combate [...] <sup>57</sup>.

Dada a importância do tema e da associação em que é discutido, a palestra tem algum impacto na imprensa britânica. O *Scotsman* de 11 de Maio de 1889 sugere um entendimento entre as duas partes: "If, therefore, the British Foreign Office can come to some arrangement with Portugal by which the safety and prosperity of British missions and trading enterprises in Nyassaland are guaranteed, then we presume that no difficulties will be placed in the way by those interests we have so steadfastly upheld" <sup>58</sup>.

Outros jornais, como o *Guardian*, comentam assim as sessões da British Association:

The discussion on the following day was transferred southwards, to the region which has recently been distinguished by the appropriate name of Livingstonia [...]. He [o orador anterior] was succeeded by a Portuguese *savant*, Professor Batalha Reis, who had come as the first delegate from a scientific society in Lisbon. Portugal, as our readers know, occupies a peculiar position in Africa, laying claims, which Lord Salisbury has pronounced to be absurd, to a vast extent of territory in these regions, and at the same time encouraging the slave-trade and blocking the way to English enterprise. Mr. Reis was, therefore, listened to with great curiosity. He spoke and wrote in very fair English, and his paper proved to be an enumeration of all the discoveries and explorations which Portugal had made in Africa, especially during the present century, which Mr. Reis said were almost unknown outside Portugal. <sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> Carta de Batalha Reis a Barros Gomes, 14 de Setembro de 1889, A.M.N.E., Arquivo Batalha Reis, maço 150, doc. 97.

<sup>58</sup> *Scotsman*, 11 de Maio de 1889, E4 85/9.

<sup>59</sup> "The British Association. (From Our Correspondents). African Geography", *The Guardian*, 25 de Setembro de 1889, E4 21/4.

As sucessivas intervenções de Batalha Reis e o agudizar do conflito anglo-luso trazem o consul português para a ribalta da principal imprensa britânica. A disputa passa para os jornais e revistas de primeiro plano e, agora, as respostas são também de figuras de renome e envolvidas na questão africana. Pouco antes do Ultimatum consegue, por exemplo, publicar um artigo no *Times*, de novo expondo os direitos portugueses no Niassa<sup>60</sup>, artigo que será seguido de uma carta ao editor da autoria de John Kirk, companheiro do próprio Livingstone, o que reforçava os argumentos ingleses:

Sir, — Will you allow me to correct a statement made by Mr. Batalha Reis in his letter in defence of Portuguese claims in Africa that appeared in *The Times* of January 2, in which it is asserted that 'the servants of the Portuguese subject A. Henriques Ferrão went and showed the Nyassa to Livingstone?'

From 1858 to 1863 I was chief officer of the expedition sent out by the British Government under the command of Dr. Livingstone. I was with him in April, 1859, when Lake Shirwa was discovered, and in September of the same year when Lake Nyassa was first seen, I can only say that there is not the smallest foundation of truth in the statement now put forward in support of Portuguese claims, that we were shown the lake by servants of Senhor Ferrão.<sup>61</sup>

A imprensa inglesa reage em força contra as pretensões portuguesas como, aliás, o próprio Batalha Reis não deixa de fazer notar a Pinheiro Chagas numa carta escrita pouco depois do Ultimatum, mais precisamente em 15 de Janeiro de 1890, em que lhe pede que dê a conhecer as suas ideias ao novo Ministro dos Negócios Estrangeiros:

Receberá V. pouco depois desta carta, um exemplar de *Fortnightly Review* e outro da *National Review* com duas supostas respostas a artigos [...]. Reparará que o artigo da *National* é assinado pelo célebre explorador Cameron e o da *Fortnightly* (publicado anónimo), foi redigido no próprio Foreign Office como sei de boa fonte.<sup>62</sup>

Na verdade, os artigos da *Fortnightly Review* e da *National Review*<sup>63</sup>, publicados no início de Janeiro de 1890, são ainda reacção ao artigo da *Scottish Geographical Magazine* e surgem só agora, pois aproxima-se o momento mais crítico do conflito anglo-luso.

---

<sup>60</sup> Batalha Reis, "To the Editor of the Times", *The Times*, 2 de Janeiro de 1890, p. 2.

<sup>61</sup> John Kirk, "To the Editor of the Times", *The Times*, 7 de Janeiro de 1890, p. 7.

<sup>62</sup> Carta de Batalha Reis a Pinheiro Chagas, 15 de Janeiro de 1890, E4 8/23.

<sup>63</sup> Respectivamente, "Portugal's Aggressions and England's Duty", *Fortnightly Review*, 1 de Janeiro de 1890, pp. 136-148 e V. Lovett Cameron, "Portuguese Claims in Africa", *The National Review*, n.º 83, Janeiro de 1890, pp. 583-591.

Dias depois, o Ultimatum porá fim ao projecto do Mapa Cor-de-Rosa<sup>64</sup>. Batalha Reis não deixaria de reagir: “E sempre indigno, para um homem como para uma Nação, o deixar-se expoliar sem resistência por medo ou por fraqueza. Mas há ocasiões em que, homem ou Nação, é expoliado porque o ladrão é mais forte, lutando sim, mas numa luta desigual”, escreve a Barros Gomes, logo a seguir ao Ultimatum<sup>65</sup>.

Caíra por terra a política de uma África de costa a costa de Barros Gomes e, conseqüentemente, a acção de Batalha Reis. Porém, qualquer que seja a avaliação que façamos sobre o Ultimatum, resultado de uma ideia de império sustentada por uma opinião pública de sentimentos nacionalistas e anti-britânicos<sup>66</sup> e inevitável perante um jogo de forças que Portugal não poderia sustentar, é curioso o que um homem sózinho pode fazer, um estrangeiro em Inglaterra, num momento tão crítico das relações anglo-lusas. Porém, como escreve Batalha Reis numa carta ao seu amigo Antero, “eu não sou — talvez infelizmente — homem que desanime. [...]. A vida é sempre reacção, luta. Deve ser luta e reacção voluntária e consciente. A serenidade que não é cepticismo implica essa luta.”<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup> Não nos ocuparemos aqui desta problemática, que é bem conhecida e cuja análise está para além deste breve artigo. Para estudos recentes ver: Nuno Severiano Teixeira, *O Ultimatum Inglês. Política Externa e Política Interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990 e Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e Regeneração. O Ultimatum e a Mitologia da Pátria na Literatura Finissecular*, Lisboa, Cosmos, 1996.

<sup>65</sup> Carta de Batalha Reis a Barros Gomes, 12 de Janeiro de 1890, A.M.N.E., Arquivo Batalha Reis, maço 150, doc. 112. Esta carta nunca chegaria a ser enviada.

<sup>66</sup> Sobre a opinião pública ver os estudos indicados na nota 64.

<sup>67</sup> *Correspondência entre Antero de Quental e Jaime Batalha Reis*, p. 78.